

AS CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DA DISCIPLINA DE POLÍTICA EDUCACIONAL PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA AVALIAÇÃO DOS ALUNOS DOS CURSOS DE MATEMÁTICA, FÍSICA E HISTÓRIA DA UEPG (2022)

Jaine dos Santos Floriano ¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as contribuições e os limites da disciplina de Política Educacional para a formação de professores, com base na avaliação dos alunos dos primeiros anos dos cursos de Licenciatura em Matemática, Física e História, da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Esta pesquisa foi realizada com os alunos no ano de 2022, por meio de um texto dissertativo realizado ao final do ano letivo, fazendo a reflexão sobre quais as contribuições e quais os limites da disciplina em sua formação. Nos últimos anos, percebe-se um aligeiramento no processo de formação docente, sendo que as disciplinas consideradas mais teóricas têm perdido espaço nos currículos, tendo suas cargas horárias reduzidas, ou até mesmo sendo extintas da grade curricular, privilegiando-se as disciplinas de cunho mais prático. Nesse sentido, entendemos ser de extrema importância a defesa da disciplina de Política Educacional para a formação de professores, com intuito de formar profissionais críticos e capazes de compreender toda a organização legal da educação brasileira, bem como as relações de poder que permeiam a educação em todo o seu sistema de ensino. Este trabalho tem como referencial teórico autores que embasam a formação de professores, como Tanuri, Pimenta, Nóvoa e Gatti. Como resultados da pesquisa, destaca-se que os alunos consideram que a disciplina de Política Educacional é de extrema importância para sua formação por proporcionar a compreensão sobre a organização legal da educação em seus diferentes níveis e modalidades; a relação entre Estado e educação, e as questões de poder envolvidas; o debate sobre os problemas educacionais etc. Como limites, os alunos apontaram a pequena carga horária da disciplina e o fato de estar inserida no primeiro ano, quando estes ainda não têm tanto contato com a escola, e quando ainda falta maturidade para compreender algumas questões estudadas.

Palavras-chave: Formação De Professores, Política Educacional, Disciplina Escolar, Avaliação Discente, UEPG.

INTRODUÇÃO

A disciplina de Política Educacional faz parte do rol de disciplinas dos cursos de Licenciatura em Matemática, História e Física, contando com uma carga horária de 68h anuais. Nesses três cursos, a disciplina se encontra no 1º ano do curso e se trata da primeira disciplina pedagógica dos alunos. O interesse pelo tema surgiu porque a autora do artigo atua como

¹ Professora colaboradora e doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, jaine.f@hotmail.com.

professora na disciplina de Política Educacional e ao final do ano letivo de 2022 propôs um trabalho dissertativo aos alunos para que escrevessem o que consideravam como principais contribuições da disciplina para a sua formação. As questões suscitadas nos textos chamaram tanto a atenção que surgiu o interesse em partilhar as representações dos alunos em forma de trabalho apresentado neste evento, propiciando assim uma reflexão acerca da formação de professores.

Deste modo, este trabalho tem como objetivo avaliar as contribuições da disciplina de Política Educacional para a formação de professores, a partir da análise escrita de acadêmicos do 1º ano dos cursos de Matemática, História e Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa. A fonte utilizada foi um texto dissertativo elaborado individualmente por trinta e seis alunos, ao término do ano letivo de 2022, avaliando as contribuições da referida disciplina para a sua formação. Para manter o anonimato dos alunos, seus nomes foram substituídos por números. Esta pesquisa configura-se de caráter documental e bibliográfico, de análise qualitativa. Como referenciais teóricos foram utilizados os estudos de Pimenta (1999), Nóvoa (2017), Tardiff (2014), entre outros autores, acerca da formação de professores. Na sequência, apresentamos a análise dos trabalhos dos alunos.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de cunho documental e bibliográfico, ao analisar um texto dissertativo realizado por 36 alunos do 1º ano dos cursos de Licenciatura em História, Matemática e Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O trabalho realizado pelos alunos tratava-se de uma atividade avaliativa elaborado ao final do ano letivo, em que realizaram uma avaliação dos pontos positivos e negativos da disciplina de Política Educacional para a sua formação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na atualidade, os cursos de formação docente estão se tornando extremamente aligeirados, sendo que as disciplinas que mais perdem carga horária são as disciplinas mais teóricas e reflexivas, como é o caso da Política Educacional. O que se percebe é que a formação de professores caminha para a privatização e desvalorização profissional. Têm sido propostos cursos de formação aligeirados, tornando a formação de professores pobres de teorias e de reflexão crítica e política. O mesmo ocorre com os cursos de formação continuada, que são

vendidos pela iniciativa privada e consistem em pacotes prontos que nada tem a ver com a realidade da escolar. Nesse contexto, se faz necessário o enfrentamento da política neoliberal, para que a formação volte ser concebida como um continuum, ou seja, um processo de desenvolvimento ao longo da carreira.

É fundamental nos questionarmos que tipo de formação, tanto inicial quanto continuada, estão sendo propostas aos professores no Brasil hoje. Em termos de legislação, está em vigência a Resolução 2/2019 que se caracteriza como um retrocesso se comparada à anterior (2/2015). Isto porque, em consonância com o que também é proposto pela BNC- Formação (resolução 2/2020) –, temos uma formação mais voltada a um modelo prescritivo e tecnocrático, centrada em ensinar professores a como fazer. Objetiva-se maior controle sobre o trabalho pedagógico, alinhada às competências e aos conteúdos da BNCC e à lógica empresarial privatista. Outro agravante é a questão da valorização docente e da formação continuada que não é tratada na mesma resolução, representando uma ruptura no processo de formação (FERREIRA, 2022).

Em um contexto de tantos ataques à formação de professores, defendemos uma formação crítica, com acesso a disciplinas que permitam aos alunos conhecer e refletir sobre os principais problemas da educação brasileira. Nesse sentido, este trabalho baseia em autores como Tardiff (2014), Pimenta (1999), Nóvoa (2017) e Imbernón (2011) para discutir a questão da formação docente.

Nóvoa (2017) defende que não podemos permitir que a formação de professores seja transformada em um verdadeiro mercado, vendida por grupos, fundações e empresas privadas, atendendo a uma lógica neoliberal. Não podemos permitir também que a formação seja redefinida como base em modelos praticistas, sem as devidas bases intelectuais que levam à reflexão crítica sobre a profissão.

De acordo com Nóvoa (2017), a formação de professores não é um problema apenas técnico ou institucional, mas político. Segundo ele, é necessário repensar o modelo como ocorre a formação de professores, de modo a construir um novo arranjo institucional, que mesmo dentro das universidades possua fortes ligações externas. Isto porque falta diálogo entre as escolas e as universidades, que ficam fechadas em suas fronteiras.

O espaço de formação universitário é insubstituível e decisivo na formação de professores, porém precisa se complementar com o trabalho das escolas. O mesmo autor ainda aponta que para resolver o problema da formação de professores não existem soluções simples ou mágicas, e nem atalhos, pois se trata de um campo de grande complexidade, nos planos político, acadêmico e profissional (NÓVOA, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A disciplina de Política Educacional é uma das primeiras disciplinas que os alunos do 1º ano das Licenciaturas têm contato quando chegam à universidade. Embora eles ainda não tenham experiência profissional, não são folhas em branco, pois já possuem ideias e crenças sobre que é ensinar e aprender. Isso ocorre porque já possuem uma vasta experiência escolar como alunos, ou seja, já passaram longos anos de suas vidas inseridos em seu futuro ambiente de atuação. Tal imersão é formadora pois levam os futuros professores a adquirirem crenças, representações e certezas sobre a prática docente, bem sobre o que é ser aluno (TARDIFF, 2014). Esse conhecimento que trazem como alunos é apenas uma das formas de saberes que compõem a identidade profissional.

Esta disciplina reflete sobre as iniciativas do poder público para a educação, contemplando assuntos como a legislação educacional, a história das políticas educacionais no Brasil, a organização dos sistemas de ensino, financiamento da educação, valorização docente, dentre outros aspectos importantes para a formação de bons professores. A primeira impressão que os alunos têm dela é que se trata de uma disciplina densa e extremamente teórica, resumindo-se em leitura de leis, conforma aponta o Acadêmico 1 de História:

Ao iniciar a matéria, o que eu esperava ver era algo relacionado a decorar leis, políticas e sobre sua execução em sala de aula. Me surpreendi ao ver que não era exatamente isso, mas sim discussões aprofundadas sobre os problemas que a escola enfrentou ao longo do tempo e ainda enfrenta, também refletindo sobre as decisões tomadas pelo governo e as políticas feitas para o ensino.

Esse preconceito é rompido quando os alunos percebem que as leis que norteiam a educação são analisadas, porém sempre relacionando-as com a realidade escolar. Rompe-se então com a falsa dicotomia entre teoria e prática. É fundamental repensar os modelos e práticas de formação docente, para que se possa aliar o saber científico com o pedagógico, pois como defende Nóvoa (1992, p. 16) “a formação passa pela experimentação, pela inovação, pelo ensaio de novos modos de trabalho pedagógico. E por uma reflexão crítica sobre a sua utilização”. Por isso, é importante aliar a formação, tanto inicial quanto continuada, às práticas educativas. Segundo Pimenta (1999), é fundamental a revisão das tradições escolares e confronto entre teoria e prática, analisando as práticas com base nas teorias existentes, para que cada professor seja ator e autor de sua própria prática e assim construa seu modo de ser professor

com base em “seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios [...]” (PIMENTA, 1999, p. 19).

Um dos pontos que se destacou em várias falas dos alunos foi a importância de debates ao longo das aulas, na tentativa de compreender os diferentes condicionantes dos problemas educacionais brasileiros. Além disso, os alunos apontaram a importância da disciplina no sentido de conscientização:

Muito mais do que uma matéria com carga teórica densa, essa disciplina visa nos conscientizar a lutar para um dia termos uma educação de qualidade e que o acesso a ela seja com a maior equidade possível, nos conscientizar a lutar pelos nossos direitos como professores, a defender a profissão, de lutar pela valorização e principalmente lutar para podermos tratar nossos futuros alunos como indivíduos e não como um enorme grupo (Acadêmico 2 de História).

Nesse sentido, destacamos os estudos de Nóvoa (1992), que considera que são a troca de experiências e a partilha de saberes que consolidam os espaços de formação, por isso, o diálogo é fundamental. É desse modo que a teoria se relaciona às experiências e à identidade de cada professor. Assim, “a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal” (NÓVOA, 1992, p. 13). Nesse sentido, a formação nunca estará pronta e acabada, pois é um processo que continua ao longo da vida. Além disso, ninguém se torna professor sozinho, sem o auxílio e reflexão dos pares e de professores. Precisamos dos outros para nos tornarmos professores (NÓVOA, 2017).

Vários alunos apontaram a disciplina como uma das mais importantes do curso por propiciar a reflexão sobre a realidade escolar, aproximando-os do chão da escola sem uma visão tão utópica. Nesse sentido, Pimenta (1999) destaca que a prática docente deve servir como ponto de partida e ponto de chegada da formação docente, para que os alunos possam articular os saberes docentes com as práticas. Desse modo, ela faz uma crítica aos modelos de formação que se distanciam da realidade das escolas, o que não permite que alunos consigam captar as contradições presentes na prática social que é o educar, e por isso, os cursos acabam por contribuir pouco com a construção da identidade docente de seus alunos. Desse modo, espera-se que os cursos de formação docente considerem que

[...] professorar não é uma atividade burocrática para a qual se adquire conhecimentos e habilidades técnico-mecânicas. Dada a natureza do trabalho docente, que é o ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados, espera-se da licenciatura que desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem permanentemente irem construindo seus saberes-fazer docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano. Espera-se, pois, que mobilize os

conhecimentos da teoria da educação e da didática necessários à compreensão do ensino como realidade social, e que desenvolva neles a capacidade de investigar a própria atividade para, a partir dela, constituírem e transformarem os seus saberes-fazer docentes, num processo contínuo de construção de suas identidades como professores (PIMENTA, 1999, p. 18).

Dentre os conteúdos que mais chamaram a atenção dos alunos estavam o funcionamento dos sistemas educacionais, tanto do Brasil quanto em comparação a outros países; a desvalorização docente; a relação entre Estado e educação; além da questão histórica das políticas educacionais que demonstram como os problemas educacionais brasileiros são antigos. Os alunos ainda destacaram que conseguiram relacionar os problemas encontrados em sala de aula com âmbitos externos à escola, como o governo e a sociedade. Nessa questão, o Acadêmico 5 do curso de Física salienta que:

A matéria é importante para acabar com a ideia de que política é algo “solitária” e de que não deve ser discutida na escola. Política é algo que influencia todo o resto, afinal é através dela que as coisas acontecem. Por isso é tão importante ter espaços para discussões, pois é com isso que conseguimos moldar nossas ideias e estar ligados com nosso futuro. Outra coisa que, infelizmente, é trazido muito à tona, são os diversos ataques que a educação vem sofrendo pelo governo, e não é algo que possa simplesmente ser ignorado, então a matéria também traz muitas questões atuais que são muito preocupantes.

Um dos pontos positivos da disciplina apontado nos textos é que a reflexão sobre os problemas permite a organização de ferramentas de lutas para romper com esse quadro atual. Por fim, destacaram a importância de conhecer as leis e tentar entender se estas estão se efetivando ou não, e porque, conforme aponta o Acadêmico 3 da Matemática:

A disciplina nos ensinou sobre as principais leis e constituições que regem a educação no Brasil, mostrando seus lados bons, e também os ruins. Mostrou que há problemas que decorrem das próprias leis, que algumas vezes mais atrapalham do que ajudam. Nos ensinou sobre outras leis mais antigas, de onde vieram as atuais, como surgiram, as mudanças que ocorreram nelas e mais, em geral tudo sobre aquilo que rege como um professor deve se portar, e tudo que nós, como docentes, devemos saber e seguir. Sem ela provavelmente não teríamos como saber o porquê de certas coisas, ou por exemplo onde devemos procurar essas legislações para nos atualizarmos, o que resultaria em professores que não saberiam o mínimo sobre seu trabalho como docente, e conseqüentemente em gerações futuras de alunos que teriam tido professores ruins, e logo o problema só aumentaria para além da educação.

Dentre os limites da disciplina, os alunos apontaram o fato de que esta possui uma carga horária muito pequena, o que faz com que vários assuntos importantes sejam tratados superficialmente. Além disso, consideraram negativo que a disciplina esteja no primeiro ano,

quando ainda não possuem tanto contato com a escola e maturidade para compreender algumas discussões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar as contribuições da disciplina de Política Educacional na formação de professores dos cursos de Licenciatura em História, Matemática e Física, com base na avaliação dos acadêmicos do 1º ano da UEPG, tomando como amostra o trabalho de 36 alunos.

A análise desses trabalhos permitiu que fosse percebido, que na concepção dos acadêmicos, a disciplina de Política Educacional é importante para a sua formação por permitir uma aproximação com a realidade escolar e seus problemas, visando compreender suas causas. Além disso, também destacam a importância do debate de questões como a valorização docente, financiamento da educação, cumprimento da legislação educacional, entre outros.

Como limitações, os alunos enfatizam que a carga horária da disciplina é muito pequena para dar conta de tanto assuntos que mereciam maior aprofundamento, bem como esta disciplina deveria ser alocada em outra série, para que eles conseguissem ter uma compreensão mais clara do assunto abordado.

Muitas vezes, consideramos a formação de professor como uma tábua de salvação para todos os problemas educacionais. No entanto, essa linha de raciocínio pode levar a uma visão dos professores como superheróis, que são capazes de resolver, ideia que está a um pequeno passo de sua culpabilização (NÓVOA, 2017). A formação consiste sim em um elemento importante do desenvolvimento profissional, mas não é o único. Por isso, é necessário melhorias de outras questões como salário, estruturas de trabalho, carreira, entre outros (IMBERNÓN, 2011).

REFERÊNCIAS

FERREIRA, M. A. V. Uma leitura comparativa entre as resoluções n. 2/2015 e n. 2/2019. In: VEIGA, I. P. A.; SANTOS, J. S. (orgs.). **Formação de professores para a Educação Básica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022, p. 72-93.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.



NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de pesquisa**. v. 47. n. 66, p. 1106-1133, out./dez. 2017.

PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

TARDIFF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.